



O lugar da política na sociedade midiaticizada; Abordagem dos impactos dos processos midiáticos na construção da cidadania¹

Marcio G. Trevisol²

Renato Frank³

Universidade do Oeste de Santa Catarina

RESUMO

O presente artigo é uma parte de uma pesquisa mais ampla vinculada ao grupo de pesquisa “Comunicação, Tecnologia e educação” e tem como base a discussão dos efeitos da comunicação nos campos do conhecimento, da educação, de política e da cultura. Em especial esse artigo procura realizar uma discussão sobre o lugar da política na sociedade midiaticizada e seus impactos na construção da cidadania. Toda a construção teórica do artigo gira em torno do conceito de visibilidade do poder. Esse debate será construído a partir das colocações de Thompson e Habermas. Esses autores são importantes, pois ambos debatem a mudança da esfera pública. Especialmente Thompson já que compreende essa mudança a partir da comunicação.

PALAVRAS - CHAVE : Poder; visibilidade; democracia; cidadania; comunicação.

Introdução

O presente artigo pretende entender como a política se organiza e desenvolve-se a partir do desenvolvimento da mídia (especialmente a mídia eletrônica). É notável que o modelo político grego no qual o cidadão se auto-representava frente ao poder público modificou-se radicalmente na modernidade, visto os inúmeros canais midiáticos possíveis que o cidadão pode utilizar para saber o que está acontecendo na esfera pública. Essas considerações midiáticas revelam o abismo que separa o nosso mundo de

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

² Mestre em Filosofia Política (USFC), pós-graduado em Filosofia (UPF). Atualmente é professor dos cursos de comunicação Social da UNOESC, onde atua nas áreas de ética, Estética, teoria da Comunicação e Sociologia da comunicação. (Marcio.trevisol@unoesc.edu.br)

³ Acadêmico do Curso de Jornalismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Bolsista vinculado ao grupo de pesquisa “Comunicação, tecnologia e educação” sob a orientação do professor Marcio G. Trevisol.



hoje do mundo que existiu há alguns séculos atrás. Por exemplo, no início da idade moderna, quantas pessoas podiam ver e ouvir as decisões que certos indivíduos tomavam no poder político? Neste sentido, a maioria das interações possíveis era face a face, o que impossibilitava que estes cidadãos pudessem interagir com os líderes políticos que os governavam. Por sua vez, os líderes políticos só poderiam aparecer para alguns poucos cidadãos. As decisões eram tomadas sem o conhecimento e o consentimento da população.

Antes da invenção da mídia, os líderes políticos passavam quase que invisíveis para a maioria dos cidadãos que ele governava, podendo restringir suas aparições públicas a grupos relativamente pequenos ou assembleias. No entanto, com as novas mídias os líderes políticos passaram a ter uma visibilidade e por isso devem estar preparados para adaptar suas atividades a um novo modelo de visibilidade que funciona independentemente do modelo de co-presença (face a face), mas estrutura-se em modelo de participação que modifica as categorias de espaço e tempo.

A era da visibilidade transforma de maneira significativa a forma como entendemos a política e as relações sociais resultantes dela. Partindo dessa premissa, pretendemos abordar na primeira parte o desenvolvimento histórico e antropológico da política dos gregos a nossos dias atuais. O conceito primordial que irá compor essa análise histórica focaliza-se na distinção entre público e privado. Ao realizarmos a definição e conceitualização de público e privado vamos entender como a mídia modificou drasticamente o conceito de esfera pública. Na segunda parte, analisaremos como a sociedade moderna organiza-se a partir da era da visibilidade midiática.

Portanto, entender como esse processo de transformação da esfera pública afetou as relações sociais e estabeleceu novas formas de poder e de organização política. Enquanto mídia transformou o espaço público fornecendo aos líderes maior visibilidade, ela também possibilitou que os indivíduos mesmo a distância possam participar de forma interativa dos processos políticos. Sendo assim, não somente as relações de poder se modificam, mas também se modifica o próprio conceito de cidadania.

A relação entre público e privado no espaço político da comunicação



A preocupação em definir público e privado tem uma longa história no pensamento social e político do ocidente. Podemos nos referir aos primeiros debates filosóficos da Grécia Clássica sobre a vida na pólis, quando os cidadãos se reuniam nas praças públicas para discutir assuntos de interesse comum e criar uma ordem social orientada para o bem comum. No entanto, no modelo democrático grego o indivíduo se auto-representava frente ao poder público, isto é, fazia parte integrante dos debates de maneira visível. Porém, os romanos foram os primeiros a definir claramente a diferença entre público e privado ao definir o direito como lei pública e lei privada na concepção romana de República. Contudo, esse conceito de público e privado transformando-se na idade medieval e idade moderna, ganhando novos significados principalmente com as novas instituições que surgem e se desenvolvem dentro da Europa.

Por isso, como escreve Thompson “a partir de meados do século XVI em diante, “público” começou a significar atividade ou autoridade relativa ao estado e dele deriva, enquanto “privado” se referia às atividades ou esferas da vida que eram excluídas ou separadas daquelas” (THOMPSON, 1998, p. 110). Dessas considerações e principalmente do direito moderno debatido e fundamentado pela teoria de Max Weber nasce uma distinção na modernidade importante para compreender a cidadania. Essa distinção caracteriza-se por dois campos, um ocupado pelo Estado e outro ocupado pela sociedade civil. O termo sociedade civil foi empregado de diversas maneiras e formas, no entanto, Hegel parece ter confiado uma distinção clara e objetiva ao entender a sociedade civil como um organismo constituído de indivíduos privados, organizações e classes reguladas pelo direito civil e formalmente distinguidas do Estado. Na mesma esteira escreve Norberto Bobbio sobre sociedade civil.

O lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desse conflito e, portanto, da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais ou, mais amplamente, os grupos, os movimentos, as associações de vários gêneros com fins sociais e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, e defesa dos direitos civis, de liberdade da mulher, os movimentos de jovens. (1987, p. 35-36).

Neste sentido, a sociedade civil assume o papel preponderante de participação social em defesa da democracia, dos direitos humanos, da cidadania. A sociedade civil está



centrada e localizada na esfera pública. Habermas desenvolve o conceito de esfera pública como os ambientes de debates de interesse públicos. Segundo Habermas, “a esfera pública é uma arena de debates públicos na qual é possível discutir temas de interesse geral e formar opiniões” (HABERMAS, 2003, p, 52). A esfera pública, segundo Habermas, desenvolve-se primeiro nos salões e nos cafés de Londres, Paris e de outras cidades de Européias. Nesses locais, os indivíduos costumavam se reunir para discutir assuntos de interesse geral. Os temas eram atuais e divulgados por folhetos e jornais que começavam a surgir na Europa. Esse debate foi de suma importância porque possibilitou o desenvolvimento da sociedade democrática. A esfera pública, neste sentido, envolve uma reunião de indivíduos em situações de igualdade em um fórum para debate público⁴. Neste sentido, que uma distinção importante deve ser feita no que se refere a esfera pública e a esfera privada principalmente no que se refere ao poder. Essa distinção é importante, pois possibilita entender como a mídia se torna fundamental na era da visibilidade midiática para o amadurecimento da democracia e da cidadania. Segundo Thompson,

“público” significa “aberto” ou “acessível ao público”. Público neste sentido, é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia tem haver com a *publicidade versus privacidade*, com *abertura versus segredo*, com *visibilidade versus invisibilidade*. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para qualquer um possa ver; um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas (1998, p. 112).

Historicamente a visibilidade do poder na sociedade civil nem sempre foi democrática. Podemos considerar três etapas que entendem a visibilidade do poder de maneiras diversas. Isso reflete diretamente em como compreendemos a sociedade como aspecto

⁴ No entanto Habermas, no livro “Mudança estrutural da esfera Pública”, não acredita que com o desenvolvimento da indústria da mídia haveria uma abertura para a discussão dos acontecimentos sociais. Para o autor, o desenvolvimento da indústria da mídia reduziu a esfera pública do debate e conseqüentemente a participação democrática dos indivíduos. De modo, que para o autor, o debate democrático nas sociedades modernas está sufocado pelo avanço da indústria da cultura. A difusão da indústria da mídia de massa e do entretenimento transformara a esfera pública em uma fraude. Segundo o autor, a opinião pública não é formada a partir de um debate racional, aberta, mas através da manipulação e do controle – como no caso da publicidade. Evidentemente que Habermas não analisou com profundidade as novas redes sociais que se constituem. Neste sentido, poderíamos concluir que na atualidade a esfera pública transformou-se e ampliou-se para um campo midiático. Os debates e os acessos a informações de interesse comum são quase que disponibilizados integralmente para o cidadão pelos meios de comunicação. Não é possível pensar uma nação democrática se não pensarmos em meios de comunicação democráticos, visto, que esse é o canal mais acessível de visibilidade que a grande massa tem sobre o poder político.



democrático ou não. No entanto, é importante salientar que na atualidade o poder ganha visibilidade a partir da era da informação, ou seja, a mídia passa a desempenhar um papel importante na consolidação da visibilidade do poder e conseqüentemente da democracia. Essa idéia será retomada adiante.

Neste sentido, é importante fazer uma pequena analogia da relação entre poder político e visibilidade na esfera pública. Podemos iniciar essa analogia antropológica sobre a relação do poder político com os gregos. Na sociedade grega, o poder era relativamente visível, uma vez que os cidadãos se reuniam em lugares previamente definidos para debater questões, fazer propostas e tomar decisões. Neste sentido, o poder político era relativamente visível e auto-representado pela figura do cidadão. “As intervenções e argumentações dos participantes podiam ser vistas e ouvidas por aqueles que estavam ali reunidos, e todos tinham direitos iguais de manifestar a própria opinião e de ser ouvido (THOMPSON, 1998, p. 112). As assembléias, constituíam um tipo de esfera pública na qual a visibilidade pode ser compartilhada. O poder estava ligado a capacidade que o indivíduo tem de ocupar seu espaço no debate público. No entanto, essa democracia grega mesmo reduzida em virtude que somente 10%⁵ da população grega participava da esfera pública, constitui mesmo que bastante rudimentar um compromisso com a visibilidade do poder.

Nos tradicionais Estados monárquicos da Idade Média e início da Idade moderna o poder deixou de ser visível como no período grego para tornar-se um poder vigiado e controlado. Não havia uma visibilidade do poder político pelos súditos. A esfera pública, neste sentido, se esvaziou e reduziu-se a círculos fechados controlados pelos governos monárquicos. A política como ato público ficou submetida ao interesse e controle da figura do rei.

Quando os reis, princesas e lordes apareciam diante de seus súditos, eles o faziam apenas para afirmar seu poder publicamente (visibilidade), não para tornar públicas (visíveis) as razões em que assentavam suas decisões políticas. Suas aparições públicas eram eventos cuidadosamente encenados, cheios de pompa e cerimônia, nas quais a aura do monarca se manifestava quando se afirmava. (THOMPSON, 1998, p. 113).

⁵ É certo que a assembléia grega o acesso a esfera pública era restrita somente homens maiores de 20 anos podiam participar, mulheres, escravos, crianças e estrangeiros (metecos) estavam impedidos de participar dos debates públicos.



É importante notar que havia na idade média um controle sobre o poder. As aparições em público do reis era cuidadosamente planejada. Segundo Thompson “a publicidade dizia respeito, não ao exercício do poder, mas à sua exaltação” (THOMPSON, 1998, p.113). Imperava um controle da invisibilidade do poder, isto é, esse poder não era compartilhado e nem democratizado com os demais participantes da sociedade. A invisibilidade do poder era garantida institucionalmente porque o acesso de tomadas de decisões acontecia num espaço fechado e as decisões tomadas eram apenas ocasionalmente selecionadas e reveladas ao público. De fato, não há uma visibilidade do poder muito menos uma esfera pública democrática. O poder na idade média era restrito e controlado. A política como instância de poder de direção da sociedade acontecia em locais fechados e esporadicamente as decisões tornavam-se visíveis desde que estas estivessem de acordo como os interesses do monarca. Havia, portanto, um controle sobre o poder político no sentido da visibilidade.

No entanto, com a constituição dos Estados modernos, começa um processo contínuo de visibilidade do poder político. A esfera pública começa a ampliar-se e os cidadãos começam a participar da esfera de debate⁶.

O gabinete secreto foi substituído ou suplementado por uma série de instituições de caráter mais aberto e “responsável”; decisões políticas importantes eram sujeitas a debate dentro de assembleia parlamentares; e os cidadãos foram concedidos certos direitos básicos, em alguns casos formalmente reconhecidos pela lei, que garantia ente outras coisas, sua liberdade de expressão e de associação. (THOMPSON, 1998, p.113).

Analisando neste e em outros aspectos, o poder tornou-se mais visível e os processos de tomada de decisão mais públicos. É perceptível, que na idade moderna houve uma abertura maior da esfera pública e, portanto, o poder também tornou mais visível. A política como ato participativo ganha espaço e importância crucial para a constituição de uma sociedade mais democrática. No entanto, embora tivesse havido uma visibilidade maior do poder político em relação a idade moderna, ainda esse poder político era controlado de acordo com os interesses de alguns grupos que partilhavam de núcleos comuns desse poder. No entanto, com o advento da comunicação de massa,

⁶ Neste sentido, os filósofos Hobbes, Locke e Rousseau são importantes para entender como a esfera pública transforma-se e instaura novas formas de poder e de participação na vida pública. Na idade moderna os indivíduos deixam de ser chamados de súditos para ser entendidos como cidadãos portadores de direitos



especialmente a imprensa a visibilidade do poder liberta-se do controle institucionalizado e passa a ser visível pela população que passa a entender a política de maneira democrática. Neste sentido, reside a pergunta central do artigo, quais os impactos da mídia na natureza da visibilidade do poder? Qual a posição da política na sociedade midiaticizada? Esses questionamentos serão desenvolvidos a seguir.

A política na era da visibilidade midiática e a construção da cidadania

Não há dúvidas que com o desenvolvimento dos meios de comunicação a estrutura política também se modificou. Os espaços políticos bem como a idéia de participação modificaram-se e instituíram novas formas de participação dos cidadãos. A visibilidade do poder político bem como suas deliberações que eram controladas passam a ser visíveis e acessíveis ao cidadão. Isso traz uma transformação profunda na relação dos indivíduos com o poder político, visto que antes do desenvolvimento da mídia os indivíduos ao participarem dos acontecimentos tinham obrigatoriamente que compartilhar de um mesmo lugar comum. No entanto, com o desenvolvimento da mídia e de seus múltiplos canais de acessibilidade o cidadão não necessita compartilhar do mesmo espaço temporal para ter acesso aos acontecimentos e as deliberações políticas. Dessa maneira, o poder político torna-se visível e conseqüentemente não há mais monopólio sobre o controle daquilo que pode ser visto e daquilo que não pode ser visto. No entanto, Giddens, parece nos fornecer subsídios para refletir o papel da mídia na construção da cidadania.

Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada uma para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la. O tema da comunidade é fundamental para a nova política, mas não só um slogan abstrato. O avanço da globalização torna um foco comunitário tanto necessário quanto possível, por causa da pressão para baixo que exerce. “Comunidade” não implica a tentativa de recapturar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros. Pequenas cidades e áreas locais amplas. Não há fronteiras permanentes entre governo e sociedade civil. Dependendo do contexto, o governo precisa por vezes ser empurrado mais profundamente para a arena civil, por vezes recuar. Onde o governo se abstém de envolvimento direto, seus recursos podem continuar sendo necessários para apoiar atividades que grupos locais desenvolvem ou introduzem – sobretudo em áreas



mais pobres que o incentivo a iniciativa e ao desenvolvimento locais podem gerar o maior retorno (1999, p.89-90).

A compreensão desses conceitos contemporâneos apontados por Giddens nos permitirá inserir e compreender de maneira mais ampla a política e a democracia. Essa nova maneira de compreender o poder político bem como a cidadania nos possibilita compreender que os meios de comunicação tornam-se um caminho para compreender as novas formas de participação democráticas e de visibilidade do poder na sociedade contemporânea. Isso é compreensível a partir da idéia que a esfera pública de debate amplia-se com o advento da comunicação.

Esse processo acelerado de acesso a informações e conhecimentos transformam consideravelmente a fronteira entre público e privado. De acordo com Pedro Demo,

para se chegar a compreender este sentido oculto, há que se conhecer antecedentes, o passado que ficou, a cultura que gerou, a maneira particular de ser, a circunstâncias momentâneas. Nenhum conteúdo está todo no contexto, pois se tal coincidência existisse, nada precisaria de explicação (1995, p. 248).

Partindo das colocações de Pedro Demo chegamos a raiz de nosso problema. Compreender a visibilidade do poder político na sociedade atual. A primeira premissa é entender que a política, nos últimos anos, perdeu seu lócus histórico, o espaço público das ruas e das praças, onde os cidadãos se reúnem para discutir suas idéias. Hoje, a política se dá quase integralmente através da mídia, o que confere aos meios de comunicação uma responsabilidade ética e social com a democracia. A segunda premissa completa a primeira, com os meios de comunicação a esfera pública tradicional descrita por Habermas amplia-se e migra para um debate midiático, isto é, os assuntos de interesse público passam a ser pautados pela mídia. Isso modifica a compreensão que os indivíduos tinham sobre a esfera política a auto representatividade em um espaço comum. Para Thompson,

Um evento torna-se público quando representado diante de uma pluralidade de indivíduos fisicamente presentes à sua ocorrência como por exemplo, uma execução pública na Europa Medieval, realizada diante de um grupo de espectadores reunidos na praça do mercado público. Descrevi isto como “publicidade tradicional de co-presença” (1998, p. 114).



Esse tipo de interação e, portanto, de visibilidade do poder estava ligada a interação face a face. Uma visibilidade que implicava na presença do indivíduo. O evento público era um espetáculo acessível somente a poucos indivíduos que estavam presentes. A interação destes indivíduos que participavam desses eventos era quase que integralmente pautada pelo diálogo. “Os indivíduos que falavam ou representavam em tais ocasiões o fazem diante de outros que podem, em princípio, participar de evento, quer falado, quer tendo algum outro tipo de comportamento de espectador (batendo palmas, assobiando, aclamando, etc.), ainda que na prática não o façam”. (THOMPSON, 1998, p. 114).

Essa consideração que ligava a visibilidade com a categoria de co-presença é radicalmente modificada com o desenvolvimento da mídia. As categorias de espaço e tempo são transformadas, o que equivale a dizer que a visibilidade do poder não pertence mais a um ato público no qual o sujeito se auto-representava, mas que com advento da mídia esses indivíduos podem acompanhar esses acontecimentos públicos a distância. A principal característica dessa nova forma de visibilidade do poder é a extensão da disponibilidade oferecida pela mídia, a visibilidade de indivíduos, atos públicos e eventos não estão mais ligadas nem a um lugar comum partilhado pelos indivíduos e nem mais a um controle sobre aquilo que pode ser visto ou não. Não há mais um controle absoluto sobre o poder político. Tudo poder ser visualizado pela população⁷. Como descreve Thompson:

A publicidade criada pela imprensa não somente independia da partilha de um lugar comum: ela também se distinguia do tipo de intercâmbio dialógico característico da conversação face a face. Com o advento da imprensa, o ato de tornar público se libertava em princípio do intercâmbio dialógico dos atos de fala se tornava cada vez mais dependente do acesso aos meios de produção e transmissão da palavra impressa. Do mesmo modo o ato de testemunhar ou

⁷ Isso pode ser visto pelos mais diversos canais de informação que se proliferam com a internet. São Blogs, twitter, redes sociais, rádios e inúmeros canais de televisão com os mais variados programas. Isso possibilita ao indivíduo mesmo em sua casa possa partilhar de maneira comum em eventos e acontecimentos de ordem pública das mais diversas visões, opiniões e locais. Não há nada que escape a visão e opinião da mídia. Não há mais um controle sobre o poder e nem sobre aquilo que pode ser visto ou não. Alguns poderiam questionar o caráter alienante e ideológico dos meios de comunicação, no entanto, o caráter ideológico e alienante continua existindo, mas a diversidade de informações e canais possibilita que o indivíduo tenha acesso a diversas opiniões e visões sobre o mesmo assunto. Basta a análise recente do julgamento do “Caso Isabela”, foram inúmeras as emissoras e canais que cobriram o evento com visões e opiniões diferentes e discordantes. Evidentemente, que consideramos os aspectos ideológicos da mídia, mas quero chamar a atenção que os eventos e acontecimentos tornam-se visíveis a partir da mídia.



conhecer ações e eventos públicos foi separado, a princípio, do papel de participante potencial de uma interação face a face (1998, p. 115).

Essa possibilidade, segundo Thompson, poderia alargar a participação política que até então estava centrada em uma comunicação face a face, ou seja, somente indivíduos que participavam ou ocupavam os mesmos lugares podiam participar democraticamente dessas decisões políticas ou mesmo dos acontecimentos. Com o desenvolvimento da mídia há uma mudança da esfera política já que não necessita mais da co-presença dos indivíduos para a elaboração e discussão de questões pertinentes a sociedade e ao bem comum. Desse modo, a comunicação abriu um importante canal democrático nas sociedades modernas e contemporâneas. “Uma ação ou evento poderia agora adquirir um caráter público para outros que não estavam presentes no lugar de sua ocorrência, e que não eram capazes de vê-la ou ouvi-la” (THOMPSON, 1998, p. 116). Esse pensamento exposto por Thompson parece ilustrar bem o sentido de como os meios de comunicação na sua globalidade modificaram o sentido que até então tínhamos sobre a idéia de participação política. A mídia eletrônica no século XX modificou essa compreensão social da política.

Os acontecimentos políticos e sociais que antes eram restritos a grupos de pessoas particulares agora passam a ser eventos publicitários visíveis por uma grande quantidade de indivíduos que podem opinar e avaliar essas situações e acontecimentos que são expostos. Dessa forma, a esfera pública descrita por Habermas alterou-se significativamente migrando para um debate midiático. Isso nos permite entender que as relações inerentes ao poder político se transformam. Os governantes, que até então podiam controlar e restringir sua própria visibilidade a círculos relativamente fechado passaram a ser visualizados por inúmeros indivíduos que não fazem parte do mesmo local de co-presença. Pois bem, escândalos políticos passaram a ser vistos instantaneamente pelos indivíduos nos mais variados locais. Os governantes políticos tiveram de se preocupar cada vez mais com sua apresentação diante de audiências que não estavam fisicamente presentes. Ao longo do século XIX e XX, a tarefa de administrar a visibilidade dos líderes políticos através da mídia assumiu uma importância ainda maior. Por isso, a imprensa teve um papel fundamental no fortalecimento nas democracias modernas, pois esta se tornou um fórum intenso de debates pelo poder de direção da sociedade. A imprensa passou a ser utilizada de duas



formas principais; por um lado tornou-se canal de visibilidade de políticos e governantes que passaram a usar como um canal de diálogo com os cidadãos e por outro lado, tornou-se uma importante aliada na divulgação de informações para a população.

A administração da visibilidade através da mídia é uma atividade perseguida não somente nos períodos intensivos das campanhas eleitorais, ela faz parte também da própria arte de governar. A condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o que é, e quem e como se pode tornar público. A tarefa de tomar e executar as decisões podem ser confiadas em grande parte a uma equipe especializada de assessores, responsáveis pela administração da relação entre governo e a mídia (THOMPSON, 1998, p.125).

No entanto essa possibilidade democrática apontada pelos meios de comunicação revela uma visibilidade midiada dividida em dois aspectos fundamentais. Por um lado, essa visibilidade midiada cria oportunidades para que líderes políticos e decisões do poder político possam ser conhecidos pelos eleitores. A acessibilidade dessa visibilidade midiática possibilita que um grande contingente de indivíduos possa acompanhar e comungar dos mesmos interesses e decisões. Para Thompson, “a arena mediada da política moderna está aberta e acessível de uma forma que as assembleias tradicionais e as cortes nunca conheceram” (1998, p. 126). É exatamente nesta abertura que reside a fragilidade da mídia. Ela torna-se frágil em virtude que essa visibilidade do poder não pode ser controlada pelos que detém o poder. Neste sentido, o fenômeno da visibilidade pode escapar do controle e ocasionalmente funcionar contra o poder político instituído.

A incapacidade de controlar o fenômeno da visibilidade completamente é uma fonte de problemas para os líderes políticos. Eles devem se policiar continuamente e empregar um alto grau de flexibilidade para monitorar suas ações e expressões, pois um ato discreto ou uma observação inconseqüente podem se forem gravadas e transmitidas a milhões de espectadores, ter desastrosas conseqüências. (THOMPSON, 1998, p. 127).

Para o autor, essa visibilidade midiada pode expressar uma dupla face. Por um lado, pode demonstrar democraticamente o lado mais puro da democracia, mas por outro lado, pode revelar uma fonte fértil de escândalos e gafes que podem arruinar uma campanha política. Por este viés é possível que o candidato seja conhecido e reconhecido no palanque eletrônico. Rapidamente, o político é projetado e reconhecido em nível estadual ou nacional. Ao contrário de outros



tempos, quando o candidato percorria centenas de cidades importantes para divulgar sua plataforma política⁸.

Ao retomarmos a idéia da transformação da visibilidade do poder, também passamos a compreender um novo fato no que diz respeito a cidadania. Com o desenvolvimento da imprensa e de modo geral as novas formas de comunicação especialmente as de massa temos uma nova noção de participação política. Os paradigmas de cidadania expressados nos gregos e nas idades medieval e moderna não se aplicam de maneira objetiva na práxis social, visto que, a cidadania no sentido de participação política do cidadão pode ser reconhecida e efetivada por outros caminhos que não são mais a da co-presença. Isso nos sugere a concluir que em sociedades complexas e globalizadas a maneira de atingirmos um grau democrático de participação e conhecimento sobre as questões políticas se constroem a partir dos meios de comunicação.

Para efetivarmos uma democracia é necessário que os meios de comunicação sejam democráticos. Esse argumento é importante, pois hoje, quase que integralmente a sociedade conhece propostas, debates e acontecimentos sociais e políticos. Portanto, os meios de comunicação são importantes para o amadurecimento democrático e para a construção efetiva da cidadania.

Considerações finais

É inegável que a construção da cidadania e da democracia como atos políticos só podem ser desenvolvidos e efetivados com uma política adequada da comunicação, isto é, pela imprensa e da comunicação que os processos democráticos se efetuam na práxis social. Embora tenhamos uma discussão profunda com relação as ideologias que envolvem os meios de comunicação ainda assim, não é possível pensar um modelo democrático se não tivermos ou pensarmos um modelo democrático para a comunicação.

Essa posição fica claramente exposta na reconstrução sobre a idéia de visibilidade midiática do poder. Nessa reconstrução fica delineado que os modos de como o poder se constituem em diferentes períodos históricos tem um reflexo na própria formação da sociedade e, portanto, na própria constituição do poder. Na sociedade global a maneira de compreender e entende da vida pública está ligada a possibilidade da visibilidade do

⁸ Mas é preciso entender um aspecto muito importante dessa lógica da era da visibilidade midiática. Segundo Guareschi, “informações desordenadas do candidato podem chegar ao conhecimento do grande público, arruinando carreiras, colaborando para seu desenvolvimento do cenário eleitoral. Baste recordar os casos Watergate e a candidatura à Presidência da República de Roseana Sarney, na eleição de 2002” (GUARSCHI, 2007, p. 62).



poder público pelos cidadãos. Essa possibilidade de visibilidade é possível somente pelas lentes e escritos dos meios de comunicação. Se nos gregos tínhamos uma democracia direta na qual os indivíduos se auto-representavam frente ao poder público e na modernidade um democracia indireta, na qual os indivíduos delegam seus poderes de decisão para indivíduos que deviam tomar conta do interesse público na contemporaneidade essa democracia indireta é complementada com a imprensa já que o cidadão que delega seu poder de decisão a alguém que vai representá-lo pode acompanhá-lo diretamente pelos mecanismos da comunicação. Neste sentido há um acompanhamento muito próximo do “político” e do cidadão.

Assim, é importante compreender com a discussão da visibilidade que hoje podemos acompanhar todos os acontecimentos políticos pela imprensa. Evidentemente que a política mudou de espaço público que antes era integralmente construída na esfera pública dos debates para um campo da mídia. É por esse espaço que os cidadãos conhecem as discussões realizadas pelos seus representantes.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O campo econômico** – a dimensão simbólica da dominação. Papirus, 1999.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BEZZON, Lara C. (Org). **Comunicação, Política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: Uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexão sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.



GUARESCHI, Pedrinho. **Ética, filosofia e mídia**. Passo Fundo: UPF, 2007.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era da comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2003.